



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data de atualização: 24/9/2010

CONCURSO PÚBLICO

SÚMULA TJ Nº 22

É LEGÍTIMA A EXIGÊNCIA DO EXAME PSICOTÉCNICO EM CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NOS CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COMO PREVISTO NO DEC. LEI Nº 218/75 E NA LEI Nº 699/83.

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 07/87 NA APELAÇÃO CÍVEL Nº [1986.001.00541](#) JULGAMENTO EM 28.12.87. RELATOR: DES. ASTROGILDO DE FREITAS.

REGISTRO DO ACÓRDÃO EM 21/06/88
IN: RDTJ 04/102. LEI EST. 699/83, DEC. LEI EST. 218/75

SÚMULA TJ Nº 24

NÃO É POSSÍVEL ALTERAR A NORMA DO CONCURSO PÚBLICO, DEPOIS DE REALIZADAS AS PROVAS PREVISTAS NO RESPECTIVO EDITAL, PARA EXIGIR NOVA CONDIÇÃO.

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 02/88 NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 718. JULGAMENTO EM 07/11/88. RELATORA: DESª ÁUREA PIMENTEL PEREIRA. REGISTRO DO ACÓRDÃO EM 24/10/89. CONST. FED. 1988, ART. 5º, XXXVI, CONST. EST. 1975, ART. 87, §3º, LEI DE INT. AO C. CIVIL, ART. 6º, E. CONST. 29/84 À CONST. EST. 1975, DEC. LEI EST. 218/75, DEC. LEI EST. 3.044/80, ART. 5º

SÚMULA STJ Nº 266

O DIPLOMA OU HABILITAÇÃO LEGAL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DEVE SER EXIGIDO NA POSSE E NÃO NA INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO PÚBLICO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 377

O PORTADOR DE VISÃO MONOCULAR TEM DIREITO DE CONCORRER, EM CONCURSO PÚBLICO, ÀS VAGAS RESERVADAS AOS DEFICIENTES.

(VER: [DEFICIENTE FÍSICO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 683

O LIMITE DE IDADE PARA A INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO SÓ SE LEGITIMA EM FACE DO ART. 7º, XXX, DA CONSTITUIÇÃO, QUANDO POSSA SER JUSTIFICADO PELA NATUREZA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO A SER PREENCHIDO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 684

É INCONSTITUCIONAL O VETO NÃO MOTIVADO À PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO A CONCURSO PÚBLICO.

(VER: INCONSTITUCIONALIDADE)

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 686

SÓ POR LEI SE PODE SUJEITAR A EXAME PSICOTÉCNICO A HABILITAÇÃO DE CANDIDATO A CARGO PÚBLICO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 67

2 - É LÍCITA A ELIMINAÇÃO DE CANDIDATO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR COM BASE EM INVESTIGAÇÃO SOCIAL, DESDE QUE PREVISTA NA LEI E NO EDITAL DO CONCURSO.

AVISO TJ Nº 67, DE 07/12/2006

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

8 – NÃO CONSTITUI ILEGALIDADE A EXIGÊNCIA DE EXAME PSICOLÓGICO E SOCIAL, COM CARÁTER ELIMINATÓRIO, EM CONCURSO PÚBLICO.

9 – OS REQUISITOS DE IDADE MÍNIMA E MÁXIMA, CONSTANTES DE EDITAL, ASSIM COMO A ALTURA, ATENDEM AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, DESDE QUE COMPATÍVEIS COM A FINALIDADE DO CARGO.

AVISO TJ Nº 33, DE 23/07/2002

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@trj.jus.br